edição eletrônica

Página 13

Nº XIX 08/MAIO/11

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Foro de São Paulo realiza XVII Encontro

Págs. 18 e 19

mimundo.org

Pintura: "Principais Revolucionários de América Latina"

EDITORIAL

Esta edição eletrônica de *Página 13* circula logo depois da reunião da direção nacional da Articulação de Esquerda em 28 de abril, que tomou uma série de decisões importantes, a saber:

*convocamos, para os dias 11 e 12 de junho, no Distrito Federal, duas plenárias nacionais: uma sobre Educação, outra sobre Política Agrária e Agrícola;

*os textos-base da Plenária de Educação foram publicados na Tribuna de Debates número 8 (www.pagina13.org.br);

*o texto-base da Plenária sobre Política Agrária e Agrícola abordará três assuntos: 1) balanço da reforma agrária e da política agrícola no governo Lula; 2) política agrária e política agrícola no governo Dilma; 3) interface com outras políticas públicas (com destaque para aquicultura e pesca e educação). Este texto-base será aprovado pela Dnae, a partir de proposta elaborada por comissão coordenada por Marcelino Gallo e composta por Valtecir de Castro Mineiro/MS e e Rogerio Neuwald/RS;

*convocamos nossos dirigentes a apoiar a presença da Articulação de Esquerda no 52º Congresso da União Nacional dos Estudantes, que será de 13 a 17 de julho, em Goiânia;

*a próxima jornada de formação política será de 23 a 28 de julho, no Distrito Federal. Ofereceremos três cursos simultâneos: Estudo das resoluções da AE; Lutas de massa e estratégia socialista; Planejamento e propaganda política e ideológica;

*o Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda foi antecipado para os dias 29, 30 e 31 de julho, também em Brasília. A esse respeito, lembramos que continuamos publicando a Tribuna de Debates.

A direção nacional da AE aprovou, também, as posições que defendemos na reunião do Diretório Nacional, realizada nos dias 29 e 30 de abril. A esse respeito, recomendamos ler os documentos aprovados nesta reunião e publicados nesta edição, bem como nosso balanço sobre a eleição do presidente Rui Falcão e sobre a decisão de filiar novamente Delúbio Soares ao PT (ver textos nas páginas 13 a 16).

Recomendamos a leitura do artigo de Gilberto Maringoni, publicado originalmente na Carta Maior e republicado nesta edição de Página 13, a respeito do caso Bin Laden, a mais recente "queima de arquivo" patrocinada pelo governo dos Estados Unidos, que segue operando em escala intenacional ao estilo cowboy.

Finalmente, um esclarecimento: no artigo "Na rua e no parlamento, por Reforma Agrária", assinado por Valmir Assunção e publicado na edição anterior de *Página 13*, se diz que foram 21 os mortos durante o massacre de Eldorado dos Carajás. De fato foram: 19 companheiros executados na hora e mais dois que morreram já no hospital. Logo, foram 21 companheiros assassinados no massacre.

AGENDA 2011

18 a 22 de maio
XVII Encontro do Foro de São Paulo, em Managua

Maio
data limite para realização dos congressos de base (municipais ou regionais) da AE

5 de Junho
Segundo turno da eleição presidencial no Peru

30 de junho a 3 de julho
Seminário sobre governos progressistas e de esquerda na América Latina

Julho
data limite para realização dos congressos estaduais da AE

Congresso da União Nacional dos Estudantes UNE (13 a 17 de julho, em Goiânia)

VII jornada nacional de formação política da AE (23 a 28 de julho, em Brasília)

29 a 31 de julho
Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda

Agosto
plenária estatutária da CUT (data e local a confirmar)

Setembro
eleições presidenciais na Guatemala

2, 3 e 4 de setembro
4º congresso extraordinário do PT

Outubro
eleições presidenciais na Argentina

Novembro
eleições presidenciais na Nicarágua

12 a 15
congresso da Juventude do PT (data e local a confirmar)

Janeiro 2012
oitava jornada de formação política da AE

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTB 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Julho em Goiânia

*Pedro Sérgio da Silveira e Guilherme Guimarães**

No dia 10 de abril, na plenária final do Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UNE na cidade de São Paulo, fórum que congrega as UEE's, DCE's e Executivas foi convocado o Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE) para os dias 13 a 17 de julho na cidade de Goiânia – GO.

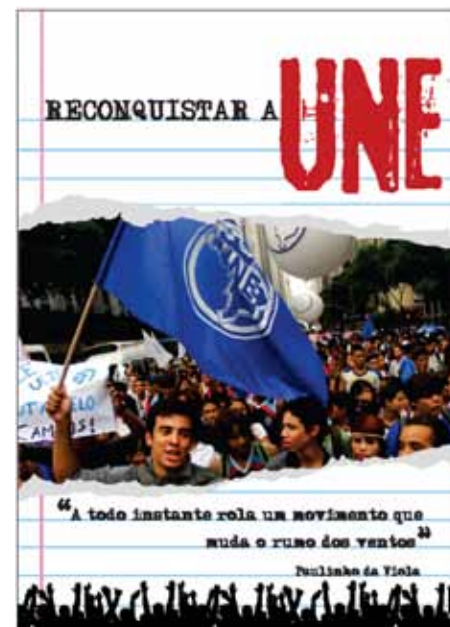
O CONUNE é o maior fórum das e dos estudantes, o que apresenta para a Juventude da Articulação de Esquerda e sua tese "Reconquistar a UNE" um desafio muito grande nas etapas de tiragem de delegados, construção da tese e participação qualificada política e quantitativamente no processo.

Neste ano de 2011, a atual direção majoritária completará 20 anos à frente da nossa entidade nacional. É muito tempo pra uma política acanhada, burocratizada, antidemocrática e, sobretudo, fora da luta real das/dos estudantes no Brasil. Ao adotar a política da própria manutenção na direção, este grupo prefere se encastelar a realizar lutas, um mal acordo com governos e reitorais a uma boa briga, enfim, é um vale tudo para se manter, mesmo que isso custe o distanciamento da UNE das/dos estudantes. De tal modo, as críticas à direção majoritária devem ser feitas, pois o estrago de sua política é grande e influencia diretamente o quadro atual, porém é necessário fazer um levantamento melhor do que causa essa crise do ME.

Mesmo diante de tal quadro, a luta das/dos estudantes no Brasil passa, sem dúvida, pela UNE. Nesta entidade, é que encontramos a maior pluralidade de forças políticas, uma diversidade de debates e uma história/acúmulo de representação e lutas. A UNE tem história, só que, como diz Milton: "*Se muito vale o já feito, mais vale o que será*". Por isso, é preciso rever a prática política, descentralizar e democratizar a estrutura e os fóruns da entidade e ao mesmo tempo, atualizar as bandeiras e a forma de aproximação com as/os estudantes para que seja possível realizar lutas concretas no dia-a-dia da educação.

A Educação Pública, mesmo depois dos avanços do Governo Lula, ainda não se constituiu como um direito universal, um bem público acessível a todas/os. A realidade é que o Ensino Superior no Brasil ainda é restrito a apenas uma pequena parcela dos jovens: 14% na faixa entre 18-24 anos, sendo que apenas ¼ estudam em instituições públicas. Nossas instituições ainda são marcadas pelo modelo herdado da Ditadura Militar e pela onda neoliberal que mercantilizou o ensino, heranças estas que não foram superadas. Sendo, portanto, tarefa central do ME defender um Projeto de Universidade que agregue nossas bandeiras históricas, articuladas aos atuais desafios do país, como a ampliação do investimento público em educação; democratização do acesso e permanência; combate a mercantilização da educação e a privatização das pesquisas; gestão democrática e paritária; e a revolução pedagógica.

Precisamos ter vozes de oposição com peso político no CONUNE, vozes que ecoem com uma nova conduta política e se coloquem enquanto alternativa de direção da UNE.

Um bom começo será a disputa do PNE (Plano Nacional de Educação) neste ano. É importante atuarmos nacionalmente na defesa das propostas avançadas e no combate às que retrocedem nossas bandeiras históricas, construídas na Conferência Nacional de Educação (CONAE) que será espelho para a elaboração do novo PNE (2011-2020). A discussão no Congresso Nacional já começou e cabe ao Movimento Estudantil encabeçar a reorganização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e construir uma grande Campanha pela Educação Pública nas ruas e universidades, pressionando o Congresso e combatendo o *lobby* do ensino privado no seu interior, articulando a luta social com a luta institucional. Quanto maior for a pressão, maiores são as possibilidades de que sejamos vitoriosos, colocando a Educação brasileira em um novo patamar nesta década, fortalecendo e investindo radicalmente na Educação Pública e Gratuita em todos os níveis e reduzindo o poder do ensino privado.

Não menos importante neste período, será o combate a todo e qualquer tipo de racismo, preconceito, discriminação e intolerância como eixos orientadores da ação, das práticas pedagógicas, dos projetos político-pedagógicos e dos planos de desenvolvimento institucional da educação pública e privada. Essa luta deve ser trava junto com outras organizações estudantis e movimentos sociais, pautando sempre a Integralidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e elevando como elemento pedagógico central da Formação a práxis. Só assim, ampliaremos o vínculo Universidade-Sociedade sob uma perspectiva dialógica, bidirecional, crítica e emancipadora.

Para isso, precisamos ter vozes de oposição com peso político no CONUNE, vozes que ecoem com uma nova conduta política e se coloquem enquanto alternativa de direção da UNE, conduzindo-a para um Movimento Estudantil de massas, revolucionário e socialista. É a nossa missão. É com esse sentimento que nós da JAE e da Reconquistar a UNE devemos agir nas passadas em Universidades, debatendo a representatividade nos Congressos, nas disputas das Uniões Estaduais, na construção da Tese, na disputa da UNE.

É imprescindível construirmos a possibilidade de balançar a estrutura da UNE, tombando à cada vez mais para esquerda, para as/os estudantes e a para a real luta social. Frente ao cenário de disputa que está dado na sociedade e no governo é imperativo que a UNE tenha não só história, mas tenha corpo, força e ousadia na luta. ★

***Pedro Sérgio da Silveira** é diretor da UNE. **Guilherme Guimarães** é membro da Executiva da UEE - MG.

Manifesto pela formação da **Comissão da Verdade** - CBV-SP

O passado de um país é uma construção permanente e é ele que desenha o futuro. O povo que não olha para trás e o analisa com a arma afiada da crítica, desconhecendo seu passado, estará fraudando as novas gerações.

A mancha que cobriu a história brasileira durante os anos da ditadura, instalada com o golpe militar de 1964, precisa ser desfeita. A obscuridade sobre o período infecta o corpo da sociedade.

A Presidência da República enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que institui a Comissão da Verdade. O objetivo é que seja aprovado ainda este ano.

Entretanto, para que este prazo seja cumprido e que a Comissão da Verdade seja realmente eficaz é preciso uma vasta mobilização popular. Para isso temos que agir como na época da criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1978. Partindo de pequenos grupos, foi tecida em pouco tempo uma grande rede que envolveu todo o país, incendiando os corações. E a vitória veio.

Propomos que de forma rápida, os sindicatos, estudantes, grupos de direitos humanos, intelectuais, movimentos sociais em geral e personalidades se mobilizem para a criação de um **Comitê Brasileiro** pela **Comissão da Verdade**. Ele deverá ser amplo, sem exclusões e eficaz.

Devemos recordar ainda que esta Comissão será instalada com extremo atraso e lembramos que este processo já foi exercitado em algo como quarenta países. Exprimimos nossa vergonha e indignação, por ainda termos arquivos fechados, assassinatos não esclarecidos, corpos insepultos.

A nação brasileira não poderá jogar o papel que lhe compete no mundo se não sanar estas nódoas.

Ao trabalho! A verdade já!

Assine: http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N8574

ac.nelsonwerneck@gmail.com

PCdoB sai em defesa de Rebelo

Pedro Pomar e *Rodrigo César**

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) emitiu nota oficial sobre o novo Código Florestal, em que defende a atuação do deputado federal Aldo Rebelo, relator do projeto de lei. A chave do discurso do PCdoB para justificar o indefensável encontra-se no título da nota, que afirma ser o relatório de Rebelo a "base para o consenso entre produção e preservação ambiental".

Expressões como *capital*, *latifundiários*, *agronegócio*, *reforma agrária*, *grilagem*, indispensáveis à abordagem crítica das questões relacionadas à agricultura e à preservação dos biomas naturais em nosso país, estão ausentes desse estranho texto, que parece selar a extravagante aliança entre os comunistas de Renato Rabelo e Aldo Rebelo e a bancada ruralista; ao mesmo tempo, a título de compensação, acena para uma composição com os ambientalistas e a agricultura familiar.

Após lembrar que o debate sobre o Código Florestal "chega a um momento decisivo", a direção do PCdoB diz que "a sociedade brasileira", mas especialmente "os segmentos vinculados às atividades agrícolas, pecuárias ou de silviculturas", aguardam com ansiedade o desfecho da questão, expectativa derivada do fato de "*milhões de agricultores se encontrarem na ilegalidade* devido a um emaranhado de normas e leis vigentes, que objetivamente não conseguem *compatibilizar, a partir da realidade*, o necessário equilíbrio entre produção e preservação ambiental" (destaques nossos).

Consenso nacional?

Mais adiante, o PCdoB garante que o relatório de Rebelo "situa devidamente a dimensão da produção agropecuária no projeto nacional, levando em conta *a situação de milhões de agricultores já estabelecidos de fato*", tudo isso com a finalidade de "harmonizar a produção agropecuária com a preservação ambiental, *não em cenário abstrato, mas segundo o que é real e concreto no território brasileiro*" (destaques nossos). Mais ainda: o relatório "cria condições para um consenso nacional – o máximo possível". Assim, o partido finge ignorar as duras críticas de movimentos sociais, ambientalistas e até grupos de cientistas às enormes concessões feitas por Rebelo ao capital agrário (anistia, redução da cota de preservação da cobertura vegetal).

Em resumo: segundo esta visão, o novo Código Florestal, para garantir o dito "consenso nacional", precisa legitimar a ocupação ilegal e predatória, que é o cenário concreto e real, fato dado. Mas que ocupação é esta? A que decorre das ações dos trabalhadores rurais sem terra? Não. O texto refere-se a "agricultores", expressão genérica, mas normalmente utilizada para designar fazendeiros ou empresários rurais. Capitalistas agrários e grileiros, em sua imensa maioria sem qualquer compromisso com a preservação ambiental.

A cereja do bolo: o novo Código Florestal, segundo o relatório de Aldo Rebelo, irá "contribuir para combater a fome no mundo". Como se isso fosse um problema de produção! Desse modo, o PCdoB, por intermédio do deputado, consolida sua aliança com setores de extrema-direita (ruralistas e militares de alta patente), já delineada por ocasião dos conflitos de Raposa-Serra do Sol, quando Rebelo, irmanado com os arrozeiros que ocupavam a área, se pronunciou contra a demarcação da reserva indígena, fazendo coro com outra figura de comportamento execrável: o senador petista Augusto Botelho, de Roraima. No obscuro nacionalismo de direita ora esposado pelo PCdoB não há lugar para os povos originários.★

***Pedro Pomar e Rodrigo César** são militantes do PT em SP.

Inclusão previdenciária: dívida do Estado

*Luci Choinacki**

Para retomar um importante debate na sociedade que trata da inclusão previdenciária das mulheres, uma dívida histórica do Estado Brasileiro, desarquivamos a nossa Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 385 de 2001 que garante a aposentadoria das mulheres donas de casa de baixa renda. Essa é uma das nossas bandeiras visando a valorização do trabalho das mulheres e é fruto de um longo e amplo processo de luta dos movimentos sociais em todo o país, em especial das mulheres.

Em 2001, quando foi encaminhada a PEC 385 que criava a aposentadoria, poucas pessoas acreditavam ser possível essa discussão. Por isso foi necessário uma grande mobilização social, entregamos um milhão de abaixo-assinados ao presidente da Câmara e do Senado, realizamos duas marchas nacionais pela aposentadoria e formamos comitês de luta em todos os estados brasileiros. Agora é necessário retomar essa organização e mobilização em todo o país. Hoje somos a oitava economia do mundo e não podemos conviver com a situação de mulheres que desenvolvem um trabalho fundamental para a economia do país mais invisível para a maioria da sociedade.

A emenda à constituição brasileira aprovada pelo Congresso durante a reforma da previdência em 2006 garante o direito à aposentadoria das donas de casa desde que paguem a contribuição de 11%. Apesar de ser um avanço é necessário incluir ainda no regime previdenciário milhares de mulheres que continuam a margem desse direito. A inclusão previdenciária das donas de casa cumpre um papel fundamental no que se refere à luta contra a pobreza e significa um avanço importante na direção da redução das desigualdades sociais, econômicas e de gênero e também na redução da violência.

O reconhecimento do seu trabalho e o direito a uma aposentadoria vem sendo algumas das ações permanentes e históricas das mulheres do Brasil. Dentro desse contexto é importante lembrar uma das mais importantes lutas que foi pelo reconhecimento do trabalho das Mulheres Agricultoras. Essas mulheres trabalharam na roça e produziam riqueza para o País e não tinham nenhum tipo de reconhecimento. Essa luta começou há mais de 20 anos com o Movimento de Mulheres Agricultoras — agora Movimento de Mulheres Camponesas. Era preciso reconhecer nossos direitos. A luta começou com a conquista de sindicatos combativos, pastorais e de lideranças, que fizeram um trabalho de base nas comunidades. Isso marca a história da participação e da inclusão das mulheres trabalhadoras rurais.

A inclusão previdenciária é uma dívida que o Estado brasileiro tem com a população mais pobre e afrodescendente, principalmente com as mulheres. Estamos juntas batalhando para que toda a sociedade descubra esse trabalho invisível e silencioso que é cuidar dos filhos, organizar a casa, cuidar da família.

A partir disso, nós mulheres trabalhadoras, aprendemos que, quando reconhecemos que trabalhamos, que participamos da construção da riqueza deste País, nosso trabalho, independente de onde ocorre, é trabalho. Quando nos organizamos para lutar, é possível transpor os limites da elite brasileira e conseguir direitos. Na época, diziam que nós, trabalhadoras rurais, também não tínhamos direitos. Fomos à luta e provamos o contrário.

Isso fez com que as mulheres donas de casa, pobres, que nunca participaram da luta política, que não têm salário, não têm renda, estão excluídas, começassem a aprender que fazem um trabalho muito importante. Muitas delas dizem que só trabalham em casa. Só? Elas cuidam de filhos, lavam, cozinham, passam, cuidam da creche, da escola, da comunidade, cuidam de pessoas com deficiência, dos idosos. Elas fazem todo o trabalho que o Estado não faz e dizem que não trabalham. Essa afirmação só existe porque esse trabalho culturalmente não foi reconhecido no Brasil. Não foi reconhecido, porque as mulheres não tinham espaço para se organizar e lutar.

A inclusão previdenciária é uma dívida que o estado brasileiro tem com a população mais pobre e afro-descendentes, principalmente com as mulheres. Estamos juntas batalhando para que toda a sociedade descubra esse trabalho invisível e silencioso que é cuidar de filhos, organizar a casa, cuidar da família. Que esse seja um trabalho partilhado e reconhecido por todos. Vamos continuar buscando o reconhecido esse trabalho garantindo a todas as mulheres o acesso a cidadania e a inclusão social, econômica e cultural. Nosso objetivo é continuar mobilizadas, pois as donas de casa já esperaram tempo demais pelo reconhecimento do seu trabalho.★

***Luci Choinacki** é deputada federal

À espera de votação

O projeto de Lei da Igualdade no Mundo do Trabalho (PL no. 6.653/ 2009) da bancada feminina, apresentado pela deputada Alice Portugal, (PC do B/ BA) espera para entrar em votação na Câmara Federal. O projeto cria mecanismos para prevenir e coibir a discriminação contra as mulheres e estabelece medidas de proteção e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho rurais e urbanas. E visa dar efetividade ao princípio constitucional de igualdade de cidadania se amparando no inciso III, do artigo 1º da Constituição Brasdileria que elege a "dignidade da pessoa humana" como um dos fundamentos da República. O projeto se ampara também nos tratados internacionais ratificadas pelo Brasil, como a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulher, notadamente por seu artigo 11, que orienta as práticas de igualdade nas relações de trabalho; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial – CERD (1966), a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância - Durban (2001) e as Convenções 111 e 156 da Organização Internacional do Trabalho.

O projeto prevê, em seu Art. 24 - a proibição expressa de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, contida no inciso XXX, do art. 7º, da Constituição da República, institui o Cadastro de Empregadores Responsáveis por Atos Discriminatórios – CERAD e autoriza o Ministério do Trabalho e Emprego a fiscalizar e a inscrever no CERAD as empresas que preticam ações discriminatórias detectadas pela fiscalização. E, no Art. 441- cria a obrigatoriedade da constituição da Comissão Interna Pró-Igualdade - CIPI, nas empresas de médio e grande porte, inspirada nas CIPAS – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes.

Para a subsecretária de relações Institucionais da Secretara de Políticas para Mulheres (SPM), Angélica Fernandes, a Lei de Igualdade no Mundo do Trabalho trará um avanço importante, pois desvela a condição de desigualdade vivida pelas mulheres nas relações de trabalho e "expõe a necessidade de garantir um princípio constitucional e institui legislação a respeito, efetivando um direito pelo qual lutamos tanto".

A Constituição de 1988 refletiu em grande parte as reinvidicações da mobilização popular e expressa o avanço em relação aos direitos fundamentais de cidadania, postulando o principio da igualdade entre mulheres e mulheres. No entanto, as desigualades, discriminações e preconceitos sobre as mulheres e, com mais contundência sobre as negras e indias, ainda persistem, especialamente no mundo do trabalho. Ao contrário de muitos países da América Latina, como Argentina, Venezuela e Uruguai e a maioria do países desenvolvidos, o Brasil ainda não possui uma lei que efetive nas relações de trabalho os principios da igualdade garantidos na Constituição. Um projeto de lei nesse sentido, está à espera de votação na Camara Federal, ha mais de dois anos.

O projeto á espera de votação na Câmara Federal pretende assegurar às mulheres condições de permanência no emprego. E, nesse sentido visa combater, com ações do Estado, todas as formas de discriminações em razão de sexo, de orientação sexual, de diferenças de etnia e de raça. Todas as mulheres têm direito ao livre desenvolvimento profissional, sem prejuízo de sua vida pessoal. Todas as mulheres devem ser respeitadas no ambiente de trabalho, impondo-se medidas punitivas no âmbito trabalhista quanto ao crime de assédio sexual, bem como quanto à prática do assédio moral que atinge a mulheres e homens e se expressa mais correntemente nos exercícios abusivos de chefia, no excesso aos limites do regular poder disciplinar conferido por lei ao empregador.

Maioria discriminada

O desenvolvimento econômico e social registrado nos ultimos anos, não se reflete em equidade e igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho. As mulheres, mesmo sendo bem mais preparadas que os homnes por posuirem mais formação e tempo de estudos, continuam discriminadas – recebem em média 30 por cento menos que os homens nos mesmo postos exercidos por eles, não têm as mesmas oportundiades de acesso e ascensão aos postos de trabalho e em espaços de comando e de poder.

A sobrecarga de responsabilidades imposta às mulheres para conciliar as atribuições da vida da vida privada com a vida pública e a manutenção das tarefas da casa e cuidados com a família recai sobre as mulheres a maior parcela de dedicação. Dados da IBGE/PNAD/2008 indicam que, dentre a população ocupada, as mulheres consomem 21 horas semanais com os afazeres domésticos, enquanto os homens consomem 9 horas semanais. Entre os homens ocupados, 47% dedicam-se à tarefas domésticas, ao passo que das mulheres ocupadas, 89% dedicam-se a essas tarefas.o que indica a dupla jornada de trabalho das mulheres.

Nas relações de trabalho, as práticas discriminatórias se baseiam em culturas da supremacia do masculino sobre o feminino Segundo o IBGE/PNAD/2008, as mulheres representam 44% da PEA (População Economicamente Ativa) e 42% da população ocupada. Porém, elas ganham em 30 por cento menos do que os homens. E, embora mais instruidas, ganham menos que os homens e estão em menor número na ocupação de cargos e funções de chefia.

Também na vida política, é evidenciada a discriminação de gênero. As mulheres brasileiras representam 51% da população e 52% do eleitorado, mas ocupam somente 8,8% das cadeiras da Câmara Federal e 14,8% no Senado Federal. Esta situação de sub-representação se reproduz nas assembléias legislativas municipais e estaduais, bem como entre os cargos de executivo municipal, estadual e federal. Atualmente, somente 11,6% dos deputados estaduais e distritais são do sexo feminino e somente três governadoras de estado.

O Projeto de Lei propõem regras para a garantia de igualdade no mercado de trabalho. São medidas urgentes e necessarias para o equilíbrio entre as responsabilidades familiares e profissionais. Sem elas a igualdade de cidadania não se materializa. E estabelece mecanismos de prevenção e de punição do assédio sexual e do assédio moral no âmbito das relações de trabalho, dentre outras medidas medidas como a ampliação da assistência às trabalhadoras e trabalhadores com relação aos menores em às pessoas idosas sob sua guarda. Define também medidas de fiscalização, de penalidades e de sanções econômicas para a garantia o cumprimento das normas propostas.

Com a aprovação do Projeto de Lei, a O Congresso Nacional criará mecanismos efeitvos para consolidar a igualdade entre mulhres e honens no mundo do trabalho, apaziguando essas relações e resgatando uma dívida histórica para com as mulheres garantindo a brasileiras e brasileiros a plenitude de seus direitos de cidadania – que só pode ser exercido em condições de igualdade. ★

Fonte: Texto do Projeto de Lei 6653/2009 – justificativa e exposição de motivos; GT Igualdade no Mundo do Trabalho/SPM.

Trabalho Decente: algumas reflexões críticas

*Leandro Eliel Pereira de Moraes**

Entende-se por Trabalho Decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, eqüidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apóia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho (...); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social.

Em 2012, convocada pelo governo federal, ocorrerá a I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente. Sua realização é conseqüência direta da ratificação da convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 1994, que trata da consulta tripartite entre trabalhadores, empresários e governos. A CUT definiu como prioridade para 2011 a preparação da base cutista para a intervenção nesse processo através dos seminários regionais que estão em curso. O primeiro foi realizado em Fortaleza (CE) nos dias 12 e 13 de abril e os demais ocorrerão em todas as regiões do país até julho.

Reforçando a importância da luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que devem ser defendidos nesse processo de conferência, é fundamental apontarmos também algumas reflexões críticas acerca do denominado trabalho decente.

Antes disso, é importante definirmos o que é trabalho, ainda que sinteticamente. Marx (2002) apresenta uma dupla característica do trabalho: uma geral (abstrata) e outra específica (concreta). Na primeira dimensão, o autor define, no capítulo V de *O Capital*, o trabalho como relação homem – natureza, processo pelo qual o homem ao transformar a natureza para a produção de suas necessidades transforma, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Nesse sentido, o trabalho é constitutivo do ser social, independente das relações sociais existentes.

> *Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2002, p. 246)*

Porém, Marx (p. 248) logo em seguida, voltando para a análise concreta do trabalho, alerta para o seguinte: "essa determinação para o trabalho produtivo (aqui não se trata da produção de mais-valia, mas da produção simples, do trabalho concreto produtor de valores de uso para satisfação das necessidades humanas. Em seguida, Marx dará ao conceito de trabalho produtivo o caráter acima descrito), tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista". Se na forma abstrata havia uma transformação da natureza pelo homem na fabricação de produtos, no modo de produção capitalista trata-se de valorização do valor, produção de capital através da exploração da força de trabalho (a mais-valia). Nesse sentido, Marx (p. 251-2) não deixa dúvida sobre o que é o trabalho na forma social do capital:

> A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e o efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar.

No processo de valorização do capital, o desenvolvimento das forças produtivas é marcado também por uma contradição. Na medida em que a produtividade é a conseqüência desse desenvolvimento, os capitalistas obtêm uma diminuição do valor de suas mercadorias, inclusive aquelas destinadas ao sustento dos trabalhadores, garantindo-lhes, portanto, competitividade e diminuição do valor da força de trabalho. Dois movimentos interligam-se, o aumento de capital constante (meios de produção na forma de máquinas, instalações, matérias primas) para aumento da produtividade e diminuição unitária do valor das mercadorias e, também, diminuição de capital variável (a força de trabalho) no processo produtivo. Esse movimento acarreta, além da tendência a diminuir a taxa de lucro, a destruição de força de trabalho (desemprego) e a pressão para que os trabalhadores empregados diminuam ainda mais os valores de sua força de trabalho, seu salário. A contradição é evidente, a força de trabalho é a única fonte produtora de valor; o capital, na medida em que necessita vencer os demais concorrentes, coloca-se num movimento de destruição de sua própria fonte de valor. O mesmo ocorre entre os capitais. Se a produção capitalista é voltada para a valorização do valor e não para satisfação das necessidades humanas, a produtividade

do trabalho sob o capital acaba produzindo uma quantidade de valores de uso cada vez maior com uma quantidade de valor cada vez menor, acarretando crises de superprodução. Nesse momento, é necessário destruir capital para que o processo de valorização do valor seja retomado.

Esse movimento contraditório do capital impede o desenvolvimento humano em suas mais diversas dimensões, pois o trabalhador tem sua vida atrofiada pela lógica do capital, que nega o trabalho ao mesmo tempo em que não existe sem ele, formando assim uma unidade de contrários, ou seja, a dimensão de positividade do trabalho, sob o capital, é constituída por sua negatividade. Evidentemente que para uma melhor compreensão do conceito de trabalho em Marx seria necessário percorrermos outras categorias de análise, mas, para os propósitos desse texto, reforçamos que o trabalho na relação social capitalista está subordinado à lógica de valorização do capital, que o trabalho assalariado é uma forma determinada de exploração.

Comceito de trabalho decente

Nesse sentido é que o conceito de trabalho decente deve ser questionado. Não se trata de uma questão meramente conceitual, trata-se dos horizontes de lutas que são postos para a classe trabalhadora. A OIT foi quem primeiro definiu a perspectiva do trabalho decente. Lembremos que sua fundação, em 1919, se deu num contexto de intensos conflitos sociais (I Guerra Mundial e Revolução Russa) e objetivou, com a adoção de normas internacionais do trabalho, evitar novas revoluções sociais "humanizando" as relações entre capital e trabalho. É claro que muitas de suas convenções possuem um sentido progressista e são importantes instrumentos de luta para a classe trabalhadora, ainda mais na periferia do sistema capitalista. Por isso, é importante compreender o sentido tático que elas possuem, assim como os limites para uma perspectiva de transformação social. A defesa de suas convenções mobiliza a classe trabalhadora para as conquistas de direitos e melhoria nas suas condições de vida e de trabalho. Tê-las como horizonte máximo de luta é acreditar nas possibilidades de humanização do capital, na conciliação de interesses entre trabalhadores e patrões. Vejamos a definição de trabalho decente pela OIT:

> *Entende-se por Trabalho Decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, eqüidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apóia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (...); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social. (http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=237)*

O que significa um trabalho adequadamente remunerado? Seria o salário mínimo do Dieese, de R$ 2.200,00, que apenas garantiria a sobrevivência de uma família nas atuais condições? Ainda que fosse essa a realidade brasileira, ou seja, pagar a força de trabalho pelo seu próprio valor, não podemos esquecer que apenas uma parte da riqueza produzida pelo trabalhador (trata-se de trabalhadores produtivos) lhe retorna na forma de salário, enquanto a maior parte do que ele produz é apropriado (mais-valia) pelo capital. O que dizer das "condições de liberdade, eqüidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna"? Qual o grau de liberdade de um trabalhador que possui apenas a sua força de trabalho para sobreviver? O significa uma vida digna? O padrão que uma parcela considerável dos trabalhadores europeus conquistou (e se acomodou) com o Estado de Bem Estar Social? Nos marcos do capitalismo é possível que isso se generalize? Não se explica o capitalismo europeu somente nos marcos de seu território, é preciso compreendê-lo na sua totalidade, por meio do seu processo de produção, circulação e distribuição pelo mundo afora. E isso não é uma novidade, sua origem histórica é marcada pelo surgimento do mercado mundial, pelas grandes navegações, pelo colonialismo, pela escravidão africana etc.

A respeito dos quatro pilares estratégicos do trabalho decente, já afirmamos que o caráter progressista das normas internacionais do trabalho não pode ser negligenciado diante dos avanços do capital, assim como a necessária luta por melhores condições de trabalho e ampliação da proteção social. O que merece nossas últimas considerações críticas é o mantra do diálogo social, que absorveu quase completamente o movimento sindical europeu e ilude variados setores moderados do sindicalismo brasileiro. Nos últimos anos assistimos um processo de crescimento econômico no Brasil que produziu um duplo efeito: timidamente melhorou as condições de vida dos setores mais empobrecidos da população e, ao mesmo tempo, produziu uma concentração de renda e riqueza ainda maior entre os setores economicamente dominantes, criando uma sensação de que é possível conciliar interesses antagônicos entre as classes sociais. Esse é o terreno propício para que o discurso do diálogo social ganhe força. A I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente é convocada sob essa perspectiva. De nossa parte, defendemos que é preciso caminhar nesse processo com um referencial crítico, articulando as lutas imediatas para além de seus limites e de suas armadilhas.★

***Leandro Eliel** é militante do PT Campinas

Referências:

MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro I; tradução de Reginaldo Santana, 18ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OIT - http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=237 , acesso em 19/04/2011.

Paulo de Tarso/CUT

Uma saída pela esquerda para São Luís

João de Deus Castro e *Sílvio Bembem**

Página 13 publica, a seguir, texto de dois petistas do Maranhão, em defesa da candidatura do deputado estadual Bira do Pindaré à prefeitura de São Luis.

Mal foi apresentado o nome do deputado Bira do Pindaré à prefeitura de São Luís e os diversos setores políticos, de oposição ou não, começaram a ensaiar suas posições. É uma incisiva demonstração do potencial desta liderança de esquerda, com trajetória de compromisso com as lutas sociais e recém-eleito deputado estadual pelo PT.

De fato, em pouco mais de 100 dias de mandato, o deputado Bira expõe com qualidade, na Assembleia, uma variedade de denúncias e questões fundamentais para o Maranhão.

Ainda pela esquerda, outras candidaturas são possíveis. O ex-deputado Flávio Dino (PCdoB), que, embora não se pronuncie a respeito ou, quando se pronuncia, diz não ser candidato, saiu forte de 2008 e 2010 e talvez sua candidatura se firme naturalmente. Haroldo Sabóia, após longo inverno isolado no PDT, agora no Psol, poderá surpreender como oposição de esquerda marcadamente anti-Sarneysta, principalmente se conseguir unir em torno o PCB e o PSTU (tarefa difícil neste último caso), com possibilidade de eleger pelo menos 1 vereador.

Em todo caso, as esquerdas devem sair com candidaturas separadas, seja por razões táticas, seja pela quase impossibilidade de unificação de seus principais partidos logo no primeiro turno.

Do outro lado, os dois principais grupos da direita do Maranhão instalados nos governos do Estado (família Sarney Murad) e da capital (Castelo/PSDB) também não devem sair unidos no primeiro turno, embora não saibamos de antemão a intensidade de fogo e contra-fogo que veremos nesse campo, embora daí não devamos esperar muito, pois se os colocamos aqui no mesmo campo é pela profunda identidade ideológica, de método e de resultados de gestão em termos de catástrofe social, o que não é pouco. Até porque seria difícil para esses grupos se chocarem sem passar aquela imagem do "sujo falando do mal lavado". Os dois governos devem chegar a 2012, ao que tudo indica, acumulando mais riqueza no bolso dos governantes e péssimos índices

Deputado estadual Bira do Pindaré (PT-MA)

É desafio para o grupo Resistência Petista e para o próprio deputado Bira buscarem prioritariamente a unidade do partido, sem vender a alma, preservando posições fundamentais que permitam seguir em frente com coerência no pós-2012, ou, se não houver outra possibilidade internamente, construir nas prévias a vitória do melhor nome de que o PT dispõe para a tarefa de enfrentar o ex-governador biônico ora instalado na Prefeitura.

sociais no outro lado da balança. E, como sabemos, a direita mais enriquecida é sinal mais que certo de abuso do poder econômico, um sério entrave à democracia no país e o principal por estas bandas. O provável é que as candidaturas expressivas deste campo tenham relação abrandada, embora a de Castelo seja o alvo preferencial de todos na corrida para substituí-lo.

O PT, tal qual em 2010, será o ponto nevrálgico da disputa de 2012. O que diz muito de sua importância política, mas muito também de sua infeliz atuação no momento atual, em que uma ala do partido participa do governo dos Sarney Murad. Participação pífia num governo que não tem uma única notícia boa pra contar. 2012 é uma boa oportunidade para esta ala começar a se desvencilhar desse caminho, ajudando a criar uma alternativa política de esquerda para São Luís e para o Maranhão, já que 2012 é passagem para 2014. Da mesma forma, é desafio para o grupo Resistência Petista e para o próprio dep. Bira buscarem prioritariamente a unidade do partido, sem vender a alma, preservando posições fundamentais que permitam seguir em frente com coerência no pós-2012, ou, se não houver outra possibilidade internamente, construir a vitória nas prévias do melhor nome de que o PT dispõe para a tarefa de enfrentar o ex-governador biônico ora instalado na Prefeitura.

Papel não de pouca monta tem também o PDT, apesar de ter saído bastante enfraquecido de 2010. Mas sua situação não é menos complicada. Apesar de historicamente antagônico à oligarquia Sarney -- se bem que até isto se encontra mitigado atualmente--, parece confortável encastelado na

O PT, tal qual em 2010, será o ponto nevrálgico da disputa de 2012. O que diz muito de sua importância política, mas muito também da infeliz atuação de uma ala do partido no governo dos Sarney Murad. Participação pífia num governo que não tem uma única notícia boa pra contar.

Prefeitura ao lado daquele que outrora foi seu principal antagonista, um oligarca que conduz o pior governo de que se tem notícia em São Luís, só comparável nesses termos, talvez, ao de Gardênia. Trata-se de contradição da mesma natureza daquela em que o PT se encalacrou no governo do Estado. Há, porém, no PDT da Ilha Rebelde alguma resistência. Há quem queira resgatá-lo para a posição anterior, mais à esquerda. Mas terá êxito? E, se tiver, sobreviveria politicamente sem o maquinário público municipal?

A oligarquia fará de tudo para tirar o foco do "melhor governo da vida" de Roseana Sarney e pra isso deve abraçar uma candidatura que não seja tão emblemática de seu fracasso no governo do Estado. Ou mesmo várias, como fez em 2008. E é neste rumo que pressionará o PT do vice-governador.

Castelo precisa de aliança ampla para forjar tempo de propaganda eleitoral, e, além de poder econômico, tem o aparato administrativo que usará para, entre outras coisas, manter o PDT do seu lado. O que, aliás, já vem acontecendo, a exemplo do retorno ao ninho tucano do PPS de Othelino Neto e Miosótis, ex-candidata a vice-governadora na chapa de Flávio Dino. Segue neste mesmo sentido, se confirmado, a saída do deputado federal Pinto da Itamaraty (PSDB) para assumir secretaria municipal com orçamento polpudo, tomando o seu lugar na Câmara Federal o suplente Weverton Rocha, com o apoio do Ministro do Trabalho do governo Dilma, Carlos Lupi (PDT).

Pela esquerda há, como sempre, boas possibilidades em São Luís. Mas pra isso é preciso voltar o foco para os movimentos populares e suas lutas concretas. Para o trabalhador e a população pobre, que não devem estar satisfeitos com o mais sucateado e irracional sistema de transporte público do país, e um dos mais caros; com as ruas esburacadas; com a Educação e a Saúde colapsadas; com o patrimônio público cultural e arquitetônico abandonado; com a paralisação das obras do PAC Rio Anil; com falta de trabalho e renda; com a falta de participação popular; com a falta d'água; e até com a intensificação do calor na Ilha, graças à ausência de transparência e controle social(de fiscalização), bem como de um Plano Diretor para a cidade que impeça a paulatina destruição de áreas verdes em nome do rápido e vertiginoso enriquecimento imobiliário de poucos.

De tudo isso, muitas dúvidas quanto ao quadro político a se configurar para 2012. Uma quase certeza: haverá segundo turno. Uma certeza que pode ser vista a olhos nus: a Ilha de São Luís está sendo devastada. E uma perspectiva a ser construída: a saída é pela esquerda. Daí a necessidade premente de candidaturas como a de Bira do Pindaré, que só terá sentido se for para liderar um bloco de oposição ao PSDB de Castelo, com caráter polarizador e mobilizador, para vencer e governar a capital do Estado com foco no desenvolvimento sócio-econômico e na transformação da cidade. ★

*****João de Deus Castro** é ex-secretário de Juventude do PT/MA e servidor público do MPF/SP.

******Sílvio Bembem** é mestrando em ciências sociais da PUC/SP e membro do Diretório Estadual do PT/MA.

Fica Delúbio e fora Serys, Ludio, Juca, Jusci, Verinha e Eroíza?!

*Jairo Rocha**

Depois do "perdão" para Delúbio, como fica a tentativa de expulsar seis valorosos petistas no Mato Grosso?

O refiliado Delúbio Soares foi expulso em 2005 do Partido dos Trabalhadores. A expulsão foi aprovada por maioria de votos no Diretório Nacional. Não acredito que expulsões devam ser eternas, mas no caso do Delúbio defendo que fosse perpétua. Não caberia reintegrar Delúbio Soares ao PT, afinal ele sequer reconheceu os erros políticos e administrativos que cometeu.

A irresponsabilidade protagonizada por Delúbio Soares, prócer da tendência majoritária do PT, ex*Unidade na Luta/ex Campo Majoritário/hoje CNB*, levou o PT à maior crise de sua história, chegando ao ponto do Partido ver ameaçado seu registro junto ao TSE e de ver o Presidente Lula ameaçado de perda do mandado, por obra da direita conservadora instalada no PSDB, PPS, DEMO, meios de comunicação, congresso, aparato judiciário e policial.

Filiar Delúbio Soares ao PT foi reintegrar o mesmo Delúbio Soares que foi expulso em 2005. Na pratica o atual Diretório Nacional anulou a pena aplicada pelo Diretório Nacional em 2005. As eleições de 2006 e de 2010 mostraram a forte incidência de temas como ética, corrupção e promiscuidade entre público e privado.

Enquanto isso os mesmos *anjinhos* que perdoaram Delúbio articulam em Mato Grosso a expulsão de seis valorosos companheiros: Serys Slhessarenko, Ludio Cabral, Juca Lemos, Jusci da Eletronorte; Verinha e Eroíza.

Na verdade, a maioria do PT em Mato Grosso que é conhecida por CNB-Construindo um Novo Brasil (grupo liderado por Alexandre César, Carlos Abicalil, Silbene Santana e Ságuas Moraes) não foi capaz de avaliar com lucidez, responsabilidade e seriedade a trágica tática eleitoral que foi imposta por eles ao PT nas eleições de 2010.

A tática imposta consistia nos seguintes e "sábios" movimentos: **1)** Tirar Serys da disputa pelo Senado e lançar o Abicalil (achavam que o tal Pedro Taques não iria nem sair na foto e que a vitória era certa na dobradinha com Blairo); **2)** Coligação com PR e PMDB pra deputado federal. Ságuas iria ter mais de 120 mil votos. Tava igual mamão com açúcar; **3)** Chapão com PR e PMDB pra deputado estadual. Elegeríamos dois (Bruneto e Alexandre). Depois iriam mais dois pra secretaria, outros dois pro TCE e mais dois entrariam no rodízio. Imaginem só !!! teríamos uns quatro deputados; **4)** Apoio a Silval pra governador, afinal com isso a Dilma iria ganhar a eleição em Mato Grosso.

O resultado todos conhecem. Abicalil perdeu a eleição do Senado pro Pedro Taques, escreveu uma cartinha e renunciou a presidência estadual do PT-MT. Pra federal elegemos só o Ságuas e ainda podemos perder o mandato pro PSDB, caso ocorra a validação dos votos de Willian Dias-PTB; elegemos apenas um deputado estadual; Dilma perdeu nos dois turnos em Mato Grosso. A única coisa que deu certo na "tática eleitoral" da corrente majoritária do PT foi a vitória de Silval e Blairo... A vitória do Agronegócio e do PMDB/Bezerra.

Alguém tem pagar por tamanha burrice! Oras vejam o desastre que aconteceu em 2010! Temos que expulsar alguém! Expulsem a Serys ! Expulsem o Lúdio ! Expulsem o Juca ! Expulsem a Verinha ! Expulsem a Jusci ! Expulsem a Eroíza ! Assim eles esperam amoitar as burrices de 2010 .

Com eles fora do PT, o caminho fica livre para a total servidão à Blairo Maggi, Silval Barbosa e ao Agronegócio.

Com eles fora do PT o caminho fica livre para a refiliação de Valdebran Padilha (aquele militante da CNB e ex-tesoureiro da campanha de Alexandre César preso em 2006 com uma mala de dinheiro). ★

***Jairo Rocha** é cuiabano e membro da Executiva Estadual do PT de Mato Grosso

Uma maioria encrenqueira?

Página 13 publica a seguir resolução da direção da Articulação de Esquerda, sobre a decisão adotada pelo Diretório Nacional do PT, de aceitar a filiação de Delúbio Soares.

Antes de entrar no assunto principal deste texto, três comentários preliminares.

Primeiro, parabenizamos o companheiro José Eduardo Dutra pela coragem e tranqüilidade com que veio a público, perante a direção partidária e os meios de comunicação, informar seu estado de saúde e explicar os motivos pelos quais não queria mais exercer a presidência nacional do PT.

Nos solidarizamos com ele, opinamos que ele deveria tirar uma licença prolongada e não renunciar; mas frente à sua decisão, pessoal e irrevogável, ressaltamos o tratamento correto que deu a uma questão que, para muitos, ainda é tabu: a saúde das lideranças políticas, especialmente quando envolve problemas de fundo neurológico.

Segundo, saudamos o novo presidente nacional do PT, Rui Falcão.

Desde que Dutra pediu licença, apoiamos integralmente a interinidade de Rui, não apenas por ser ele o primeiro vice-presidente, mas principalmente porque acreditamos que suas qualidades pessoais e políticas o tornam capaz de lidar adequadamente com as exigências da presidência.

Pelos mesmos motivos, confirmada a renúncia de Dutra, defendemos a eleição de Rui no Diretório Nacional, tomando o cuidado de -- ao contrário de outros setores, meio reticentes em privado, mas exuberantes apoiadores em público -- deixar claro que, ao apoiarmos Rui como presidente, substituindo em definitivo Dutra, não perdíamos de vista as divergências que tivemos, temos e certamente seguiremos tendo com ele e principalmente com a chapa que o elegeu para o Diretório Nacional.

Terceiro, comemoramos o conteúdo das decisões sobre conjuntura adotadas pelo Diretório Nacional do PT nos dias 29 e 30 de abril de 2011.

Seja pelas decisões de mérito sobre a reforma política, seja pelo que apontaram como tarefas gerais do Partido (apoiar o governo, defender as reformas política e tributária, defender a democratização da comunicação social, enfrentar o debate ideológico e aproximar-se mais das classes trabalhadoras, aí incluída a defesa das 40 horas), as resoluções adotadas pelo DN fornecem a melhor orientação possível, ou seja, aquela que a atual maioria dirigente foi neste momento capaz de produzir.

O que nos remete para dois grandes erros cometidos nesta reunião do Diretório Nacional.

O primeiro deles é de responsabilidade coletiva: o balanço que se fez do início do governo Dilma. A saber: seja na política externa, seja na política econômica, seja em outras áreas de governo, há problemas políticos, gerenciais e de mérito que precisam ser debatidos e enfrentados urgentemente pelo Partido.

O segundo erro é de responsabilidade exclusiva e intransferível da maioria da direção: aprovar a filiação de Delúbio Soares.

Quando falamos maioria, nos referimos a 60 membros do Diretório Nacional, representantes de todas as chapas, com exceção de duas: Esquerda Socialista e Mensagem ao Partido.

Foram os integrantes destas duas chapas que forneceram os 15 votos contrários à filiação de Delúbio. E que buscaram, através de legítimos procedimentos regimentais, evitar que o DN cometesse o erro que finalmente cometeu.

Aqui vale lembrar o passo a passo da coisa.

Em 2005, Delúbio foi expulso do Partido. A decisão foi adotada pelo Diretório Nacional, após ouvir o parecer de uma comissão de ética que apontou que Delúbio cometera "gestão temerária". Por trás deste termo técnico, um grave problema político: Delúbio terceirizara a gestão financeira do Partido, entregando-a de fato aos métodos, costumes e recursos provenientes de um "operador" vinculado ao PSDB. A expulsão foi aprovada por cerca de 2/3 do DN, contra uma minoria que se absteve ou votou pela suspensão.

Desde aquele momento, até o dia 29 de abril de 2011, Delúbio Soares não fez autocrítica consistente dos erros cometidos. O que é absolutamente compreensível: aos réus (e Delúbio é réu em diversos processos) se reconhece o direito de não produzir provas contra si mesmos. E uma autocrítica implicaria em reconhecer graves erros políticos (alguns dos quais serviram de base para pesadas acusações, com sérias implicações legais) que são de sua total e exclusiva responsabilidade. E implicaria em apontar, também, quais erros envolvem outras pessoas.

Apesar disto, ou por isto mesmo, Delúbio nunca aceitou sua expulsão e sempre lutou por voltar ao Partido. Fez isso antes da campanha Dilma, quando foi convencido a retirar o pedido, que então certamente seria rejeitado. Fez isso novamente agora, quando teve êxito.

Nunca nos ocupamos em analisar, nem tampouco em duvidar, da sinceridade de seus motivos psicológicos e políticos. A questão para nós sempre foi outra: o impacto político, interno ao PT, na sociedade e no judiciário, da refiliação de Delúbio.

Internamente ao PT, a volta de Delúbio é um ponto a favor dos que erraram então, não parecem ter aprendido muito com seus erros, e no fundamental se julgam vítimas das circunstâncias. Alguns até se consideram heróis e, infelizmente, às vezes parecem prontos a errar novamente. Se vão fazê-lo ou não, dependerá do grau de controle e constrangimento que se imponha sobre eles.

Na sociedade, a volta de Delúbio poderá ser considerada por muitos petistas, simpatizantes, aliados e até adversários cordiais, como um sinal de que uma parcela do Partido não parece ter entendido que o quase golpe de 2005 fracassou apesar da ajuda involuntária dada aos golpistas por alguns petistas, que com seus erros forneceram argumentos para os ataques da direita. Se esta parcela "pragmática" vai fornecer novos pretextos aos que odeiam o PT e a esquerda, igualmente dependerá do grau de controle e constrangimento que se imponha sobre ela.

No judiciário, achamos que a volta de Delúbio soará como uma provocação, que poderá ser instrumentalizada de várias formas pelos que pretendem causar danos ao PT.

Esperamos estar enganados, mas achamos que a refiliação de Delúbio poderá fornecer, mesmo que involuntariamente, argumentos para os que defendem a tese da "quadrilha", o que afetará não só o PT, mas também os réus contra os quais não há provas factuais, apenas ilações políticas. Isso porque a readmissão de Delúbio, ainda mais apresentado por alguns como herói e vítima, pode enfraquecer os argumentos utilizados por advogados de defesa e por dirigentes do próprio partido, argumentos que isolavam as atitudes individuais do ex-tesoureiro, das atitudes do Partido.

Por tudo isto, nós da Articulação de Esquerda votamos em 2011 com o mesmo espírito que votamos em 2005: em favor dos interesses coletivos do Partido.

Enfim, o tempo dirá se nossos argumentos estão certos ou errados. De qualquer forma, nossa impressão é de que esta decisão da maioria do DN confirma, mais uma vez, a originalidade do PT. Noutros partidos, não é raro que uma minoria seja acusada de "encrenqueira" pela maioria. Já na atual direção do PT, parece ocorrer o contrário. ★

As tarefas da hora

Resolução política aprovada pelo Diretório Nacional no dia 30 de abril de 2011, fala das outras tarefas do Partido, além de apoiar, dar sustentação e fazer avançar o governo Dilma.

Os fatos que marcam o intervalo entre a última e a atual reunião do Diretório Nacional são amplamente favoráveis ao Partido dos Trabalhadores e a nosso projeto político.

Primeiro, porque permanece inconteste a preferência do PT sobre os demais partidos brasileiros, em todos os setores sociais, -- prestígio que sobreleva quando se consolida a popularidade, aqui e no exterior, do companheiro Lula, liderança máxima e presidente de honra do PT.

Depois, mas não menos importante, é a expressiva aprovação popular da presidenta Dilma Rousseff, que, ao final dos 100 primeiros dias de governo, confirma nossas expectativas de que daria continuidade, com atualizações necessárias, às mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais empreendidas pelo governo Lula. Reportagem recente da revista Time inclui a companheira Dilma entre as 100 personalidades mais influentes do mundo.

Esse amplo apoio inicial ao nosso governo resulta da grande confiança do povo brasileiro no caminho iniciado pelo Presidente Lula e do qual ele -- o povo brasileiro -- é sujeito e beneficiário. Esse apoio também deve-se às primeiras ações do nosso governo, que vem reforçando as bases do desenvolvimento econômico com justiça social iniciado pelo presidente Lula: prosseguem as políticas sociais e de geração de empregos, ao mesmo tempo em que o combate à inflação não obedece aos ditames do capital financeiro e rentista, que sempre foram obstáculo à redistribuição da renda e ao investimento.

Num quadro internacional marcado pela instabilidade, provocada simultaneamente pela crise e declínio dos EUA, o governo da presidenta Dilma reafirma o papel altivo e soberano do Brasil no mundo.Também no plano internacional, as negociações exitosas com a China, na formação de relevante parceria, convalidam as diretrizes da política externa implementada pelo governo Lula: relações Sul-Sul, integração regional, ênfase na relação com África, democratização das instituições internacionais, multilateralismo, paz.

A dispersão, a tática confusa, a fragilidade aparente dos oponentes não nos deve levar a subestimá-los: a oposição representa setores consideráveis da classe dominante, controla o poder em vários estados e tem a seu lado importantes aparelhos de poder.

Por fim, ainda sofrendo seqüelas do último pleito e envolvidos em contradições internas, os adversários do PT e do governo Dilma fragmentam-se. O esvaziamento do DEM, desidratado pelo lançamento do PSD em formação, acena para eventual fusão com o PSDB. Envoltos numa guerra de cúpula pelo comando do partido e às voltas com a debandada de seis vereadores paulistanos, os tucanos debatem-se à procura de um rumo para a oposição.

Em grande medida, tanto o DEM quanto o PSDB, que sempre atuaram a serviço da globalização neoliberal, hoje em crise, vivem também -- e por isso mesmo -- uma profunda crise de identidade. Carecendo de projeto nacional soberano, órfãos até de um programa oposicionista, vêm se pulverizando. Resumo da história: em artigo que acendeu polêmica em suas próprias hostes, até seu patrono intelectual desistiu de dialogar com o povo.

A dispersão, a tática confusa, a fragilidade aparente dos oponentes não nos deve levar a subestimá-los: a oposição representa setores consideráveis da classe dominante, controla o poder em vários estados e tem a seu lado importantes aparelhos de poder.

Nestes primeiros quatro meses do ano, em meio à expansão do déficit público e da dívida dos EUA -- expressões de uma crise que se manifesta em todos os terrenos: financeiro, comercial, cambial, energético, alimentar, ambiental -- o mundo foi sacudido por sublevações populares no Norte da África e em países árabes, prenunciando o fim em série de longevos regimes ditatoriais. O PT manifestou-se publicamente em defesa das populações oprimidas, contra a intervenção militar externa e a favor de solução pacífica dos conflitos -- particularmente no caso da Líbia, invadida por forças anglo-franco-americanas -- posição por sinal convergente com o voto do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

As políticas de ajuste dos EUA, que se prolongam desde a última crise global, repercutem no mundo todo e, como não poderia deixar de ser, também no Brasil. Durante a visita do presidente Obama ao País, a presidenta Dilma fez ouvir nossas discordâncias em relação ao protecionismo americano e cobrou uma nova postura, em defesa da nossa economia. Por ocasião da visita de Obama, as forças democráticas populares também reafirmaram seu rechaço à base de Guantanamo e ao bloqueio contra Cuba; assim como reafirmamos nossa critica à ingerência dos EUA na América Latina, onde continuam os ventos de mudança, a exemplo do que está ocorrendo no segundo turno das eleições presidenciais do Peru, marcadas para o dia 5 de junho próximo.

A desvalorização do dólar diante de várias moedas, inclusive do real, reavivou, na mídia e na sociedade, o debate sobre a política econômica e os riscos -- mais propagandísticos que reais -- de uma escalada inflacionária, e da apreciação do real, que favorece as importações e dificulta as exportações nacionais.

Sob a hegemonia do “pensamento único” e das políticas neoliberais do período FHC, o debate sobre as opções de política econômica era desqualificado. A valorização artificial do real, desmascarada logo após a reeleição de FHC; a sucessão de crises e o desemprego em massa; os descalabros que quase levaram o Brasil à bancarrota -- tudo isso eram críticas dos “neobobos” da oposi-

ção ou fruto do radicalismo petista, partidário do “quanto pior, melhor”.

Agora, depois que o país cresceu com inclusão social, distribuição de renda e geração de empregos, reviveu o interesse pelo debate sobre a política econômica do governo. E é bom que assim seja, para que a população toda possa fazer as escolhas sobre quais caminhos trilhar.

No que tange ao controle da inflação, o governo tem adotado uma política de combinar a variação da taxa de juros com a adoção das chamadas medidas macroprudenciais, tais como o aumento do compulsório dos bancos, a elevação do IOF e a contenção de créditos para o consumo. O combate à inflação, porém, não implica sacrificar as políticas de desenvolvimento social do governo, que requerem um crescimento do PIB entre 4 e 4,5% este ano. Aliás, as políticas de desenvolvimento econômico e social, como o investimento na ampliação da produção de alimentos por parte da pequena e media produção, são essenciais para combater alguns dos fatores causadores da inflação.

O PT considera correta a orientação geral que o governo vem imprimindo, sobretudo sua decisão de manter as políticas de geração de empregos e distribuição de renda; as obras do PAC e de infra-estrutura para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016; os investimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”; a ampliação do Bolsa Família; bem como os anunciados programas de melhoria da condições de vida da população.

Na atual conjuntura é papel do PT, junto aos partidos aliados, movimentos sociais e intelectualidade progressista, empenhar-se em outras tarefas, além de apoiar, dar sustentação e fazer avançar o governo Dilma. Até porque, o sucesso destas iniciativas concorre para fortalecer nosso projeto e contribui para o seu prosseguimento futuro. São elas, entre outras:

a) a realização de uma reforma político-eleitoral com participação popular;

b) a luta pela democratização da comunicação de massas;

c) a aprovação de uma reforma tributária;

d) a organização do partido com vistas às eleições municipais de 2012;

e) a continuidade do debate ideológico, cultural e político contra as visões de mundo conservadoras, derrotadas em outubro de 2010, mas que tentam impor suas pautas na sociedade e ao governo. Destaca-se neste ponto a defesa dos direitos humanos e da aprovação, no Congresso Nacional, da Comissão da Verdade e da Justiça;

f) a ampliação dos vínculos com a classe trabalhadora, engajando nossa militância em lutas como a redução da jornada sem redução de salários, que aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Os temas acima listados devem ser objeto de debate no Congresso que o partido realizará este ano, sendo obrigatório considerar os projetos apresentados pelo governo Dilma, tais como o marco regulatório, no caso das comunicações; e as propostas de reforma do ICMS, desoneração da folha de pagamentos, restituição de créditos PIS-CONFINS e aumento do teto do super simples, no caso da reforma tributária.

Definida como um dos pontos prioritários no 3o. e 4o. Congresso do PT, a bandeira da reforma política vem sendo empunhada há anos pelos partidos e movimentos sociais, sem que o Congresso Nacional promovesse qualquer mudança no ordenamento em vigor. Alterações nas regras eleitorais e no funcionamento dos partidos têm sido promovidas pela Justiça Eleitoral, algumas delas resultando em demandas no Supremo Tribunal Federal, como foi o caso da impugnação de candidatos considerados “fichas sujas”. A chamada judicialização da política, neste aspecto, provoca insegurança nos partidos, entre candidatos e entre os próprios eleitores, inconformados por elegerem alguém que depois é barrado por decisões que ignoram.

A última tentativa de realizar uma reforma política ocorreu em 2007 e seu insucesso gerou desânimo. Mas, agora, o clima parece mais propício. Tanto o Senado como a Câmara dos Deputados, com processos próprios, encamparam o tema. O primeiro, por meio de uma comissão, aprovou propostas importantes como o financiamento público de campanhas eleitorais, a fidelidade partidária, o voto proporcional em lista pré-ordenada, entre outras. Na Câmara, uma comissão formada por 51 parlamentares e com relatoria do petista Henrique Fontana , avança para construir até julho uma proposta global de reforma política.

O PT tem uma enorme responsabilidade na transformação desse anseio democrático em realidade. A reforma política com participação popular pode modernizar nosso sistema político, garantir o pluralismo e as identidades programáticas presentes na sociedade brasileira.

Nosso partido tem defendido, em todos os foros, os pontos aprovados no 4o. Congresso: manutenção do sistema de voto proporcional, financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, voto em lista pré-ordenada democraticamente elaborada, fidelidade partidária, fim das coligações proporcionais, facilitação dos instrumentos de democracia participativa (iniciativa popular em matéria legislativa, referendos e plebiscitos).

A necessidade de mudanças nos processos eleitorais encontra eco na sociedade. Sobretudo, quando a idéia do financiamento público exclusivo, desvestido da manipulação de que os recursos sairiam da saúde, da educação ou viriam de um novo imposto, aparece como capaz de baratear as eleições ou de ajudar no combate à corrupção.

O financiamento público é a mudança até agora mais consensual entre os partidos e fundações partidárias com quem o PT tem dialogado. O mesmo vale dizer para as centrais sindicais, a Plataforma de Movimentos Sociais e o movimento de combate à corrupção eleitoral.

Em conjunto com os representantes de nossas bancadas no Congresso, com a Fundação Perseu Abramo, ouvida a presidenta Dilma e já assegurada a participação do companheiro Lula, o DN orienta, em Resolução específica, o encaminhamento para o diálogo com partidos, centrais sindicais, organizações da sociedade, prefeitos e governadores, tendo por objetivo culminar numa campanha nacional para realizar uma reforma político-eleitoral.

Cabe, finalmente, ao PT, desde já, preparar-se nacionalmente para as eleições de 2012, quando se nos impõe o desafio de responder às disputas locais de forma articulada com o projeto nacional que vem recebendo o apoio da maioria do povo brasileiro. Devemos destacar companheiros da CEN para definirem com precisão uma tática que favoreça nosso crescimento nas prefeituras e câmaras de vereadores e que coordenem o diálogo com todas as forças políticas e sociais interessadas

na ampliação, no plano local, das conquistas alcançadas durante o governo Lula e que continuam com a presidenta Dilma. Uma grande vitória em 2012 será fundamental para o avanço da hegemonia democrática e popular, além de fortalecer nosso governo para sua continuidade em 2014.

O DN, ao encerrar sua reunião, saúda as trabalhadoras e os trabalhadores neste 1º de Maio, que tem um significado especial para nosso País.

O Brasil vive um momento único na sua história, para o qual a capacidade de organização, mobilização e formulação dos trabalhadores, através do movimento sindical, muito contribuiu.

Os 15 milhões de empregos formais, os aumentos reais de salários em mais de 90% das categorias profissionais e a valorização permanente do salário mínimo são algumas das conquistas desse período.

Isso se deu, entre outros motivos, pelo respeito com que os trabalhadores foram tratados no governo Lula e continuam sendo no governo Dilma. Exemplos dessa nova forma de relação estão no reconhecimento das centrais sindicais e na presença do movimento nas decisões governamentais, através de conselhos, conferências e diversas formas de participação popular.

Este protagonismo, no entanto, só foi possível porque os cutistas que militam no PT e os petistas com atuação sindical acumularam experiência e organização, permitindo a participação qualificada nas decisões do Estado.

O PT reconhece, por outro lado, que a extraordinária melhora de vida dos trabalhadores e trabalhadoras não foi suficiente para acabar com as seculares disparidades sociais. Muito ainda precisa ser conquistado. A redução da jornada de trabalho sem redução de salários, a luta pelo trabalho decente e contra as práticas anti-sindicais e a organização nos locais de trabalho são bandeiras que todos nós devemos abraçar como instrumentos que podem melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Neste 1º de Maio, celebramos um país que continuará caminhando na direção da justiça social, tendo trabalhadores e trabalhadoras como protagonistas desta caminhada. ★

Para um Brasil mais democrático

Diretório Nacional do PT aprova resolução sobre reforma política

Pela terceira vez na última década, o Congresso Nacional coloca agora em pauta a discussão da reforma do sistema político e eleitoral brasileiro. A conjuntura atual levanta a possibilidade de que a reforma política possa ter alguns avanços significativos. São sinais disso: os resultados favoráveis da Comissão Especial de Reforma Política no Senado, as perspectivas promissoras da Comissão Especial na Câmara, as articulações de partidos de esquerda e centro-esquerda, as movimentações nos outros partidos, as manifestações de entidades, movimentos e personalidades influentes na sociedade, a disposição do companheiro Lula de se dedicar intensamente ao tema.

O atual sistema contém virtudes que precisam ser preservadas, entre elas o sistema de proporcionalidade nas eleições parlamentares, o voto obrigatório, a ausência de cláusula de barreira. Possui distorções que precisam ser corrigidas, entre elas a sub-representação de mulheres, de negros e de outros largos segmentos da sociedade; o enfraquecimento dos partidos políticos; as distorções na representação popular no plano federativo que não atendem ao princípio de "uma pessoa, um voto"; a falta de limitação do número de mandatos legislativos; a atribuição de câmara revisora em todas as questões ao Senado; o excessivo tempo de mandato e de número de senadores por estado e a forma de eleição de seus suplentes. Possui vícios que precisam ser eliminados, como o financiamento privado que superpotencializa a influência do grande capital na política e que favorece a corrupção.

O Diretório Nacional do PT entende que devem, o partido e suas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, concentrar-se especialmente na defesa: do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; do voto em lista partidária preordenada no sistema proporcional, garantindo a representação paritária das mulheres e objetivando o recorte étnico-racial; da fidelidade partidária; das medidas que promovam e facilitem a participação popular no processo político, como as leis de iniciativa popular, plebiscitos, referendos, a institucionalização de conselhos, conferências, orçamentos participativos.

A Comissão Executiva Nacional e as Bancadas na Câmara e no Senado ficam mandatadas para monitorar as negociações partidárias, as mediações parlamentares, e as decisões necessárias à conquista dos maiores avanços possíveis nesta conjuntura. O Diretório Nacional orienta a Comissão Executiva Nacional, suas bancadas no Congresso, e a Fundação Perseu Abramo, a formar uma Comissão Nacional do PT pela Reforma Política, que deverá auxiliar, para este objetivo, na articulação de todas as frentes de ação do nosso partido, na relação com os outros partidos e forças sociais, com a presidenta Dilma, e com o ex-presidente Lula.

É condição para o êxito desta reforma a mobilização de todas as forças que buscam o aprimoramento da democracia brasileira. O PT contribuirá neste sentido organizando eventos pela reforma nos estados e municípios, preferencialmente em ação conjunta com outras forças políticas e sociais. O Diretório Nacional recomenda a todos os diretórios estaduais, municipais, zonais e aos setoriais do partido que realizem debates e organizem em seu âmbito a campanha sobre a reforma política que queremos, e recomenda a seus filiados que participem dos debates que serão realizados nos estados pela comissão especial de reforma política da Câmara dos Deputados. Os parlamentares do PT em todos os níveis, as lideranças partidárias na sociedade, os articulistas nas diversas mídias, com destaque para as redes sociais na internet, dedicarão ao tema pronunciamentos e manifestações. Atenção especial será dada às articulações com as centrais sindicais, com as entidades que participam da Coordenação dos Movimentos Sociais, com as organizações de mulheres, da juventude, de combate ao racismo. Nossa meta é que seja criado na sociedade um forte movimento popular que desemboque em manifestações públicas pelo país, ao mesmo tempo em que se desenvolvam as articulações e os consensos possíveis com as bancadas parlamentares na Câmara e no Senado, com os partidos políticos, com as fundações destes partidos.

Devemos também neste momento repudiar as tentativas de retrocesso em nosso sistema político e eleitoral, como aquelas que propõem o distritão e o sistema distrital, que são formas de exaltar individualidades, enfraquecendo os partidos, ou de encarecer ainda mais as campanhas eleitorais.

Mais que antes, as condições são favoráveis para, com esta reforma, conquistar avanços na democracia brasileira. ★

INTERNACIONAL

Não ao vale-tudo

*Gilberto Maringoni**

***Página 13** reproduz a seguir texto de Maringoni, publicado na Carta Maior.*

A diplomacia brasileira não pode, nem de maneira indireta, avalizar o caminho do desrespeito ao direito internacional. A conseqüência pode ser um enorme retrocesso na política externa "ativa e altiva" iniciada por Celso Amorim. Através dela, o Brasil ganhou relevância inédita na geopolítica mundial.

O ministro de Relações Internacionais, embaixador Antonio Patriota, classificou como "positiva" a morte do terrorista Osama Bin Laden, ocorrida na noite de domingo. A avaliação embute um endosso indireto do Brasil à operação desfechada pela CIA para eliminar aquele que foi classificado por todas as mídias como o "homem mais procurado do mundo".

Estamos diante de algo muito sério. Não se trata apenas de uma mudança na condução da política externa brasileira. Se a aprovação oficial se confirmar, haverá aqui uma mudança de qualidade.

É necessário atentar para a natureza dos fatos ocorridos em Abbottabad, na periferia de Islamabad, Paquistão, há poucos dias. Façamos duas ressalvas iniciais.

Primeiro – Osama Bin Laden é um terrorista. O atentado às torres do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, foi um assassinato coletivo e deve merecer a repulsa de qualquer pessoa de bom senso.

Segundo – Como dirigente principal da ação, Bin Laden deveria ser capturado e julgado por uma corte internacional, tendo garantidos todos os ritos e procedimentos do Direito internacional.

Não foi o que aconteceu. Bin Laden e, ao que parece, sua esposa e um filho, foram executados por um comando militar estadunidense, sem possibilidade de reação ou defesa.

Aqui valem três perguntas.

Como a informação sobre a localização do terrorista foi obtida?

Através da tortura de um membro da Al Qaeda, preso sem julgamento em Guantánamo. A informação é do diretor da CIA, Leon Panetta, em entrevista à revista Time.

Como a operação foi planejada?

Na mesma entrevista, Panetta revela: "Foi decidido que qualquer tentativa de trabalhar com os paquistaneses poderia colocar a missão em risco. Eles poderiam alertar os alvos". Mais adiante, o chefe da CIA declara que o governo paquistanês "nunca soube nada sobre a missão", classificada pelos EUA como "unilateral".

Ou seja, a tarefa envolveu uma invasão territorial.

Como se deu a ação?

O diretor da CIA conta que as determinações do presidente Barack Obama exigiam a morte de Bin Laden, e não apenas sua captura. Assim se deu. O líder da Al Qaeda foi fuzilado junto com quem estava na casa.

São três as violações do Direito internacional: obtenção de informação sob tortura, invasão de território de um outro país e execução sumária.

Apesar dos ânimos exaltados dos estadunidenses que foram às ruas e do comportamento ufanista da mídia brasileira, não se fez "justiça" alguma. O que houve foi a vingança de um ato bárbaro com outro ato bárbaro. Olho por olho, dente por dente, como dos filmes de caubói.

Se a lógica for mantida, acaba qualquer legalidade ou civilidade nas relações internacionais. A pistolagem high-tech será a métrica da resolução de problemas nas próximas décadas. Já há uma caçada em curso visando Muamar Kadafi, apesar da resolução 1973 da ONU não autorizar medida desse tipo.

A diplomacia brasileira não pode, nem de maneira indireta, avalizar tal caminho. A conseqüência pode ser um enorme retrocesso na política externa "ativa e altiva" iniciada por Celso Amorim. Através dela, o Brasil ganhou relevância inédita na geopolítica mundial. ★

***Gilberto Maringoni,** jornalista e cartunista, é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e autor de "A Venezuela que se inventa – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez" (Editora Fundação Perseu Abramo).

Charge de Tacho para o jornal NH

Esquerda continental se reúne em Manágua

Página 13 divulga, em espanhol, trechos selecionados dos quatro capítulos do documento base do XVII Encontro do Foro de São Paulo. A íntegra do documento pode ser lida em: www.forodesaopaulo.org

El Foro de São Paulo realizará, los días 17 y 21 de mayo de 2011, su XVII Encuentro.

(...) Este documento base, elaborado por el Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo, con el espíritu de unidad y cuidando de reflejar en el texto mismo las distintas sensibilidades y opiniones que existen entre nosotros, busca contribuir para este debate sobre como construir, desde el presente, las alternativas de futuro.

El capítulo 2 de este documento base analiza la actual coyuntura, incluyendo la situación en EE.UU., Europa, Asia y África, con destaque para América Latina y el Caribe.

El capítulo 3 de este documento trata de los desafíos actuales de las izquierdas populares, democráticas, nacionalistas, socialistas y comunistas en América Latina, con énfasis en: a) el campo cultural, ideológico, teórico, educacional y comunicacional; b) el campo de las luchas sociales; c) el campo de las luchas electorales; d) el campo de la acción parlamentaria; e) el campo de los gobiernos; f) donde somos oposición a gobiernos de derecha y neoliberales; g) el proceso de integración; h) el debate estratégico.

Finalmente, el capítulo 4 de este documento base habla sobre el papel del Foro de São Paulo y los cambios organizativos que se hacen necesarios.

Capítulo 2: La coyuntura

Analizar la coyuntura global implica un inmenso desafío, debido en parte a la velocidad de los cambios y, por otra parte, a la complejidad del tema, que envuelve por lo menos dos vectores: la crisis económica y el deterioro de la hegemonía estadounidense. Lo que sigue es solamente un guión para el debate.

La crisis tiene varios componentes, uno de los cuales es el económico. El XVII Encuentro debe proseguir el debate sobre las características de la crisis. ¿Nos encontramos frente a una crisis semejante a la vivida en los años 1930 y 1970? ¿Hasta qué punto se pueden mantener las definiciones clásicas sobre el tema? En el marco de la globalización ¿podemos hablar de una crisis de acumulación global? Y en otro orden, ¿la coyuntura actual implica una crisis civilizatoria? Estas son cuestiones que el Foro debe debatir en un sentido amplio, y de la discusión colectiva deben surgir las respuestas y los análisis que nos permitan operar en nuestra época.

Considerada globalmente y en perspectiva histórica, crisis de esta naturaleza pueden ser superadas: a) a través de una profundización del modelo vigente, lo que provocaría una crisis aún más profunda adelante; b) o a través de una mudanza de modelo, aunque se mantenga el modo de producción (tanto el neoliberalismo, cuando la fase anterior, fueron igualmente capitalistas); c) o a través de una mudanza más profunda, de modo de producción; d) no se debiendo descartar que una crisis de esta profundidad pueda avanzar en dirección a una destrucción de las partes en conflicto, amenazando en este caso la supervivencia de la humanidad como tal.

Profundizar el modelo neoliberal o, por lo menos, escapar del neoliberalismo, pero preservando las riquezas acumuladas por los que se beneficiaran de él, es el objetivo, consciente o no, de las clases dominantes en Estados Unidos y aliados.

(...) En Estados Unidos, el gobierno Obama adoptó medidas que no afectaron los intereses del capital financiero y especulativo. Como consecuencia, las tasas de crecimiento siguen bajas, aumenta la desocupación y se retrae el consumo.

Las dificultades económicas (incluidas la dependencia energética), bien como las políticas de ajuste por parte del gobierno Obama y de gobiernos estatales, producen creciente resistencia social, combinadas con una acelerada desilusión política con Obama y fortalecimiento de la derecha más conservadora.

El gobierno de Estados Unidos busca enfrentar la crisis internacional y el deterioro de su hegemonía ideológica y política, lanzando mano de su hegemonía monetaria y militar.

Por una parte, promueve una fuerte desvalorización del dólar frente a las demás monedas, con el objetivo explícito de recuperar mercados para sus productos y enfrentar la competición china. Por otra, retoma la práctica de proponer soluciones militares para casi todos los problemas mundiales.

Esta tentativa que hace Estados Unidos, de recuperar su liderazgo, tiene menos posibilidades de éxito que tenía después de la crisis de los años 1970, por cuatro motivos principales: las dificultades estructurales de EUA, Europa y Japón; la emergencia de los BRICs; la nueva situación en América Latina y Caribe; la nueva situación en Oriente Medio.

Recordamos, todavía, que si Estados Unidos pierde espacio en otras regiones del mundo, una de sus alternativas es reforzar su presencia en América Latina y Caribe. Y que los Estados Unidos pueden perder la condición de potencia hegemónica, al mismo tiempo que el capitalismo puede seguir dominante en el mundo.

(...) En América Latina y el Caribe, vista de conjunto, hay un cierto equilibrio de fuerzas, pero con riesgos para las fuerzas populares.

Sigue el contraataque de la derecha, que combina diferentes formas de lucha: expansión de la presencia militar (bases, IV Flota); presión económica, especialmente a través de acuerdos bilaterales; golpismo (como en Honduras y otros sitios); mediática, especialmente tentando enemistar los distintos gobiernos progresistas; y político-electoral, con el apoyo a una nueva centro-derecha regional. No se debe subestimar, aún, los efectos de la situación mundial, incluso económica, sobre la región.

Mesa do XIII Encontro, em El Salvador, 2007

El Foro de São Paulo atravesó, hasta hoy, tres grandes etapas. La primera, de resistencia al neoliberalismo. La segunda, de victorias en gobiernos nacionales (1998-2009). La tercera, en que estamos hoy, empieza con la crisis internacional del capitalismo y con el contraataque de la derecha.

Como decimos antes, la crisis económica internacional aún no fue superada. Y la política adoptada por Estados Unidos y Europa, sumada a la creciente competición entre las potencias declinantes y las potencias emergentes, puede agravarla. Entretanto, la mayoría de los países latinoamericanos quedaron por fuera de la debacle y los efectos del derrumbe se sintieron sin la fuerza de otros tiempos. América Latina, y más concretamente América del Sur, consiguió proteger su economía de la crisis de los países centrales, confirmando que tiene capacidad para construir un nuevo tipo de crecimiento, desde que consiga hacer cambios estructurales, superar las dependencias que siguen existiendo y evitar los riesgos de la reprimarización.

Los gobiernos progresistas de América Latina se encuentran frente al desafío económico, pero que también es político, de transformar el crecimiento cuantitativo en desarrollo cualitativo. Los teóricos de la derecha auguran un final más o menos rápido de la actual coyuntura y así intentan inculcar en las sociedades latinoamericanas temores a futuro, por los cuales el crecimiento de hoy debe transformarse en "ahorros" para prever los futuros cimbronazos. Las izquierdas deben dar ese debate y demostrar que las ganancias de hoy deben volcarse al desarrollo sostenido y autónomo de nuestras economías, así como también hacia la redistribución de las riquezas. Son esas las medidas fundamentales para contrarrestar las incertidumbres del futuro.
En término de situaciones nacionales, es necesario dar atención inmediata a los países donde se libraron elecciones en 2011, caso de Guatemala, Nicaragua y Argentina. Debemos seguir apoyando con fuerza las fuerzas antigolpistas de Honduras. Tomar medidas concretas para la reconstrucción de Haití. Reforzar nuestro apoyo a la paz en Colombia. Mantener la denuncia del colonialismo en la región, como en Puerto Rico y Malvinas. Y dar seguimiento al proceso de reformas en Cuba.

Una referencia importante para la lucha revolucionaria y antiimperialista latinoamericana y caribeña, la Revolución Cubana ha experimentado transformaciones en diferentes momentos. El Foro tomará las medidas necesarias para que la militancia de izquierda en América Latina tenga la información necesaria y estudie los cambios que se están produciendo en el socialismo cubano.

Capítulo 3: Desafíos

Debemos debatir los desafíos actuales de las izquierdas en América Latina, teniendo en cuenta sus múltiplas dimensiones: a) el campo cultural, ideológico, teórico, educacional y comunicacional; b) el campo de las luchas sociales; c) el campo de las luchas electorales y nuestra lucha contra la derecha, donde somos gobierno y donde somos oposición a gobiernos de derecha y neoliberales; d) acción parlamentaria y de los gobiernos; f) el proceso de integración y el tratamiento común de los temas de la defensa, seguridad y migraciones; g) el debate estratégico.

(...) Empezamos reconociendo que nuestros avances políticos y sociales son aún mayores que nuestra capacidad de construir una nueva cultura, ideología, teoría, políticas educacionales y comunicacionales que no solamente se opongan, sino que también construyan una hegemonía alternativa al neoliberalismo, al capitalismo, al patriarcalismo, al colonialismo. En este sentido, el Foro reafirma el carácter estratégico de esta dimensión de nuestra labor: la construcción de otra visión de mundo.

Capítulo 4: El papel del FSP y los cambios organizativos necesarios

El Foro de São Paulo atravesó, hasta hoy, tres grandes etapas. La primera, de resistencia al neoliberalismo. La segunda, de victorias en gobiernos nacionales (1998-2009). La tercera, en que estamos hoy, empieza con la crisis internacional del capitalismo y con el contraataque de la derecha.

En esta tercera etapa, tenemos, entre otros, los siguientes desafíos: 1) mantener los espacios conquistados, en especial los gobiernos nacionales, 2) seguir luchando para derrotar la derecha donde ella gobierna, 3) profundizar los cambios donde gobernamos, 4) acelerar el proceso de integración regional, 5) derrotar el contraataque de la derecha, 6) ampliar el debate sobre las alternativas al neoliberalismo y al capitalismo, 7) dar un salto de calidad en el funcionamiento orgánico del Foro de São Paulo.

Para dar cuenta de estos desafíos, el Foro de São Paulo necesita dar un salto de calidad en su funcionamiento, de manera a poder hacer lo siguiente: 1) ampliar el diálogo, la integración, cooperación y unidad de acción entre las izquierdas latinoamericanas y caribeñas; 2) ampliar la capacidad de elaboración (análisis teórica, programa, estrategia, táctica, temas específicos) de las izquierdas latinoamericanas y caribeñas. ★

A íntegra do documento pode ser lida na página eletrônica do Foro: **www.forodesaopaulo.org**

Derly e Maria Izabel

A esquerda brasileira e os lutadores sociais perderam, no dia 30 de abril de 2011, em um acidade automobilistico no interior da Bahia, dois grandes lutadores: Derly Casali e Maria Izabel da Silva.

Militantes incansáveis das lutas agrárias nesse país, ambos atuavam na Direção Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, na região Nordeste.

Derly é oriundo da lutas da CPT e do MST no Espírito Santo e nos últimos anos vinha atuando na construção do MPA.

Izabel foi militante dos agricultores/as familiares do Sergipe e dirigente do MPA.

As lutas camponesas e as lutas sociais do campo e da cidade perdem dois grandes militantes. A Articulação de Esquerda registra nossa eterna gratidão a Derly e Izabel.

...Não fique, teimosamente,
se agarrando aos dogmas,

a tudo o que você hoje considera certo.
Tudo isso fatalmente será sepultado com você.
As idéias de um determinado tempo
pertencem ao tempo que são produzidas.
Entendendo que nossas idéias são um contínuo processo,
facilmente entenderemos que nossa vida
é um processo que nunca
pode ser enclausurada
aos códigos produzidos num tempo
que não será mais o tempo que vem depois.

Derly Casali (1993)

RECORDANDO

Derly Casali tinha uma pedagogia própria que misturava experiência, indignação, esperança, inquietação.

Quantas vezes disse: "a burguesia agrária brasileira está com os dias contados, só depende dos camponeses".

Contava experiências da Europa e de suas convivências por lá.

Camarada, você se foi, mas não foi, pois sua história marcada pela persistência continuará com a gente.

Lembrar-nos-emos de você a todo momento, espelharemos nos seus exemplos ideológicos e continuaremos firmes na luta, pois, "a burguesia agrária brasileira está com os dias contados".

Hoje o dia está triste, pois nossas trincheiras perderam um grande lutador.

Homenagem de Tião Erculino, militante da Articulação de Esquerda e estudante de advocacia em Goiás.